

CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS DOS CAMPONESES DOS ASSENTAMENTOS DA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

Cristiano Almeida da Conceição

Universidade Federal da Fronteira Sul, Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Laranjeiras do Sul, PR, Brasil
almeidakiko@yahoo.com.br

Miguel Mundstock Xavier de Carvalho

Universidade Federal da Fronteira Sul, Professor no Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável e no Programa de Pós-Graduação em História, Laranjeiras do Sul, PR, Brasil
miguel.carvalho@uffs.edu.br

Edgar Aparecido da Costa

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus do Pantanal, Professor no Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços, Corumbá, MS, Brasil
edgarac10@gmail.com

Recebido em: 01/06/16; Aceito em: 03/10/16

RESUMO

Nas últimas décadas o sistema agroalimentar está em plena expansão, com as grandes empresas transnacionais dominando o mercado. A agricultura camponesa vem sobrevivendo de maneira criativa, contando desde 2005 a 2015, com algumas políticas de apoio do governo federal. Esse estudo tem por objetivo compreender quais foram/são os canais de comercialização de alimentos dos camponeses dos assentamentos, na fronteira Brasil-Bolívia, apresentando os produtos/alimentos que foram/são comercializados por eles. Adotou-se como procedimento metodológico o estudo de caso dos assentamentos Taquaral (município de Corumbá – MS) e 72 (município de Ladário – MS). Foi elaborado um questionário estruturado e respondido por 24 camponeses nos dois assentamentos estudados. No trabalho de campo foram realizadas conversas informais, mediadas pela pesquisa participante e a técnica da observação da paisagem. Concluiu-se que os canais de comercialização existentes em Corumbá-MS e Ladário-MS fortalecem a manutenção da agricultura camponesa, ao mesmo tempo em que garantem a oferta de produtos para a população local.

Palavras-chave: Fronteira Brasil-Bolívia; Assentamentos Rurais; Corumbá e Ladário (MS); Programas Institucionais de Alimentos.

FOOD MARKETING CHANNELS FOR PEASANTS OF RURAL SETTLEMENTS IN THE BRAZIL-BOLIVIA BORDER

ABSTRACT

In recent decades the agrifood system is in full expansion, with large transnational companies dominating the market. Peasant agriculture is surviving creatively, counting from 2005 to 2015, with some support policies of the federal government. This study aims to understand what were / are the food marketing channels of rural settlements in the Brazil-Bolivia border, with the products / foods that were / are marketed by them. It was adopted as a methodological procedure, the case study of the settlements Taquaral (municipality of Corumbá - MS) and 72 (municipality of Ladário - MS). It was developed a structured questionnaire answered by 24 farmers in the two settlements studied. In the field work it was done informal talks, mediated by the participating research and landscape observation technique. It was concluded that the existing marketing channels in Corumbá and Ladário strengthen the maintenance of peasant agriculture, while ensuring the supply of products for the local population.

Keywords: Brazil-Bolivia Border; Rural Settlements; Corumbá and Ladário (MS); Food Institutional Programs.

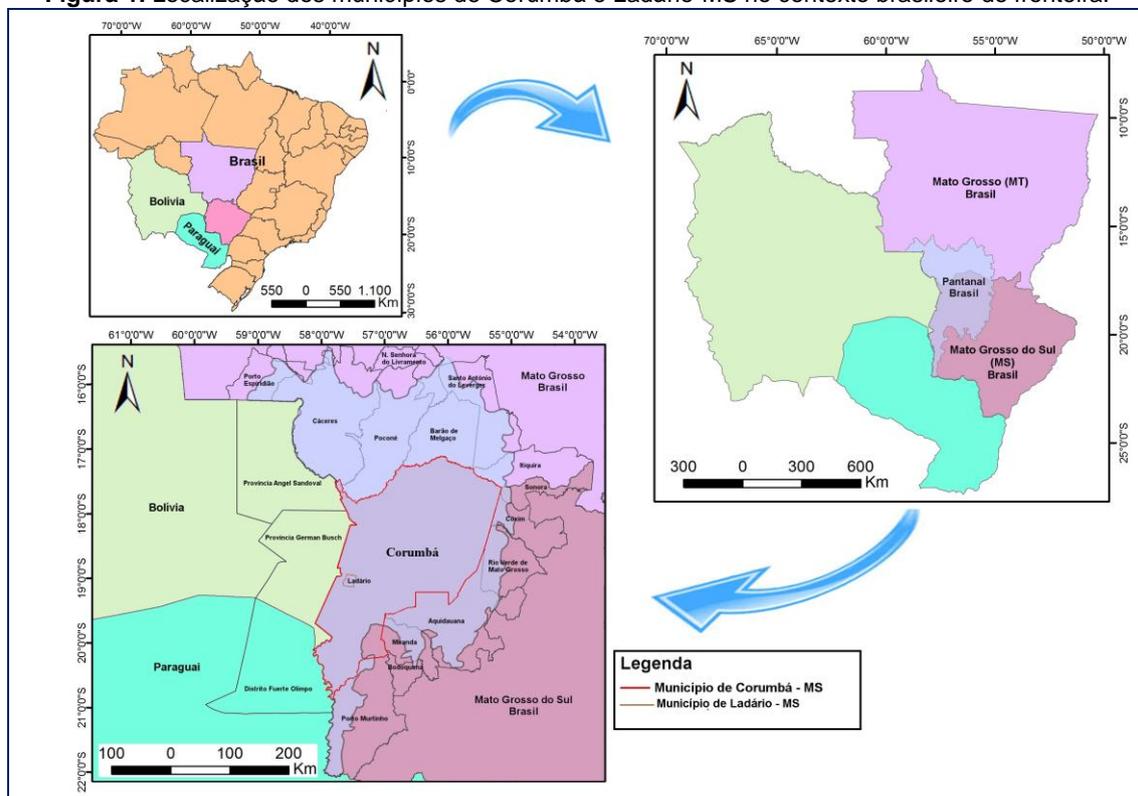
INTRODUÇÃO

Localizados na porção ocidental do estado de Mato Grosso do Sul as cidades de Corumbá e Ladário foram fundadas em setembro de 1778, como reflexo da demarcação das fronteiras entre a Coroa Portuguesa e a Coroa Espanhola no ano de 1750 com o tratado de Madri (COSTA, 2012; ESSELIN, OLIVEIRA e MACHADO DE OLIVEIRA, 2012; CUYATE, 2015), e para servir de entreposto comercial até Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso (COSTA, 2012). A partir de então, a fronteira Brasil-Bolívia recebeu sucessivos contingentes de migrantes de várias localidades do Brasil e de outros países. A circulação de pessoas e mercadorias se dava através da navegação pela Bacia Platina. Do Porto de Corumbá, partiam navios para diversas localidades, tais como Assunção, Montevidéu, Buenos Aires, Florianópolis, Santos, Rio de Janeiro. Esses navios eram responsáveis pelo abastecimento e pela mobilidade das pessoas na fronteira oeste do Brasil. Com a chegada da linha férrea até a barranca do rio Paraguai, o transporte fluvial foi enfraquecido e perdendo sua importância (COSTA, 2015).

Corumbá e Ladário são cidades fronteiriças brasileiras que, juntamente com as bolivianas Puerto Quijarro e Puerto Suárez, perfazem uma descontinuidade territorial, permeada de porosidade, com destacada mobilidade humana e de mercadorias (COSTA, 2013). Juntas, essas quatro cidades formam um contingente demográfico de pouco mais de 160.000 pessoas. Na área rural do lado brasileiro, ao longo da linha de limite internacional, existem quatro assentamentos de reforma agrária, sendo um deles o assentamento Taquaral.

Os municípios de Corumbá e Ladário (Figura 1), além de localizados na faixa de fronteira internacional, se caracterizam como municípios fronteiriços, apesar da urbanização dispersa entre as localidades (BENEDETTI, 2011). De acordo com Cuyate (2015), outro fator que caracteriza esses municípios fronteiriços é a presença de brasileiros e bolivianos em ambos os territórios componentes da fronteira.

Figura 1. Localização dos municípios de Corumbá e Ladário-MS no contexto brasileiro de fronteira.



Fonte: Os autores, 2016.

Ladário, apesar de ser autônomo, está ladeado por terras corumbaenses de todos os lados (KUKIEL, CUYATE e COSTA, 2011). De acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), Ladário tem uma população de 19.617 habitantes, sendo 95% na área urbana e 5% na rural. Por outro lado, Corumbá apresenta uma população de 103.703 habitantes, 90% vivendo na área urbana e 10% na rural (IBGE, 2010). As cidades distam da capital do Estado (Campo Grande) em aproximadamente 430 quilômetros. Corumbá, pela complexidade dos serviços existentes, desempenha o papel de cidade-polo regional. Além disso, funciona como ponto de passagem de mercadorias nacionais para o Estado Plurinacional da Bolívia e na direção do oceano Pacífico, bem como de entrada de produtos estrangeiros no Brasil que chegam pela Bolívia, e das exportações daquele país via rio Paraguai.

A economia de Corumbá gira em torno dos serviços urbanos, da extração de recursos minerais (ferro, manganês e calcário), turismo de pesca e da criação de bovinos. O município possui o segundo maior rebanho bovino do Brasil com 1.802.976 cabeças (IBGE, 2013), superado apenas por São Félix do Xingu, do estado do Pará. A economia ladarense se baseia na pecuária bovina, nos serviços do comércio e no turismo de pesca (CUYATE, 2015). A partir de 2010, Ladário passou a receber, juntamente com Corumbá, a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) de ferro e manganês da morraria do Urucum. Os índices de desenvolvimento humano apresentado por esses municípios fronteiriços, em 2010, são considerados de medianos a alto: 0,704 em Ladário e 0,700 em Corumbá (PNUD, 2013).

Atualmente o município de Corumbá conta com sete projetos de assentamentos da reforma agrária, somando 1.356 unidades de produção agropecuária familiar em área de 34.386,92 hectares. Nestes assentamentos a pecuária está presente em 85% e a bovinocultura leiteira em 62% das unidades de produção, representando a principal atividade geradora de renda, incluindo a venda de leite *in natura* e queijo de leite cru (TOMICH, 2007). A agricultura nestes assentamentos é caracterizada por uma produção bem diversificada: milho, mandioca, abóbora, feijão e hortaliças, destinadas ao consumo familiar e venda dos excedentes. Ladário possui apenas um assentamento da reforma agrária, com 85 famílias. A base de produção dos assentados é a criação de animais (bovinos, caprinos e carneiros) e o cultivo de mandioca, abóbora, milho, hortaliças e algumas frutíferas (ZARATE, SANTOS e COSTA, 2010).

Neste contexto, o presente artigo tem por objetivo compreender quais foram/são os canais de comercialização de alimentos dos camponeses dos assentamentos Taquaral (município de Corumbá – MS) e 72 (município de Ladário – MS), evidenciando também quais são os produtos/alimentos que foram/são comercializados por eles.

CAMINHOS DA PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa aplicada na descrição e nas análises. A opção pelo estudo de caso é devido às particularidades e as complexidades que cada componente representa para o desenvolvimento territorial do seu município. De acordo com Ventura (2007), se trabalha com estudo de caso quando se estuda parte desse todo. Ainda ressalta que não é tarefa fácil descrever e caracterizar estudo de caso em abordagens qualitativas (VENTURA 2007).

No território há diversas correlações de força. Sack (1986, p. 266) entende que os “territórios são construídos socialmente, os efeitos dependem de quem está controlando, pois em alguns momentos o território restringe, controla e em outros exclui”. Tratando espaço com sentido de território, Santos (2000, p.209) aponta que “o espaço geográfico é considerado como uma acumulação desigual de tempos constituídos por variáveis de tipos e idades diferentes que se combinam em localizações historicamente determinadas”.

As técnicas utilizadas na pesquisa são as seguintes: aplicação de questionário estruturado, respondido por 24 camponeses, sendo 12 em cada assentamento; conversas informais com informantes-chaves escolhidos por conveniência. Adotou-se uso da pesquisa participante, já que um dos autores vive num dos assentamentos estudados. Ainda se fez coleta de informações secundárias através de *site* do IBGE, prefeituras municipais de Corumbá e

Ladário, governo estadual, Ministério do Desenvolvimento Agrário, artigos, tese, dissertações, entre outras. Outro recurso utilizado foi a técnica da observação, com auxílio de máquina fotográfica para o registro das fotografias.

Este artigo é parte modificada da dissertação de Mestrado com o tema “A agroecologia como estratégia de desenvolvimento territorial em áreas de fronteira: o caso dos assentamentos rurais de Corumbá e Ladário – MS”, do curso de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Federal Fronteira Sul, do Câmpus de Laranjeiras do Sul - PR.

Organizamos o artigo em três partes. Primeiramente procuramos discutir a fronteira e a lógica de produção camponesa. Em seguida, a produção de alimentos em um sistema agroalimentar e, por fim, os resultados da pesquisa sobre os canais de comercialização da agricultura camponesa nas cidades fronteiriças de Corumbá e Ladário.

A QUESTÃO DE SER FRONTEIRA E A LÓGICA DE PRODUÇÃO CAMPONESA

Os assentamentos que foram estudados estão localizados na zona fronteira com a Bolívia. Essa proximidade revelou a necessidade de análise da presença de diversas territorialidades que se materializam no território fronteiriço. Desta forma, o conceito de fronteira contribuiu para melhor entender a realidade do território e das territorialidades, os intercâmbios de pessoas, mercadorias, serviços e culturas. Contudo,

Em relação à fronteira, existe muita confusão em torno do conceito pelo fato desta palavra ter assumido certa polissemia que lhe foi imposta, fundamentalmente na língua portuguesa. Faz-se uso desse termo para descrever e representar vários elementos geográficos ou não já que o mesmo faz alusão ao distante, ao desconhecido. Utiliza-se a palavra para adjetivar alguns aspectos muito diversos, tais como: fronteira do conhecimento, agrícola, do universo, da ciência, internacional, do capital, dentre outros (COSTA, 2009 p. 66).

A fronteira é maior que o limite, pois este está ligado à ideia de uma linha imaginária com a finalidade de dividir dois ou mais territórios, enquanto a fronteira passa a englobar os limites de dois ou mais países, variando, conseqüentemente, o seu tamanho (FOUCHER, 2009). As fronteiras são repletas de vida, mobilidades e, quase sempre, assimétricas. Nos dizeres de Dias, Costa e Silva (2010, p. 326):

[...] um lugar de hibridismo e transposição a fronteira movimenta fluxos, mercadorias e pessoas, envolve relações sociais, econômicas, políticas e culturais. Deve ser considerada na sua heterogeneidade onde coexistem as desigualdades e diferenças e as relações de poder, controle e dominação, caracterizando-a como uma região de multidimensionalidade.

Os diversos intercâmbios que ocorrem na franja fronteira (área geográfica de um dos territórios componente da fronteira) de produtos lícitos e ilícitos exercem grande influência na produção e na comercialização. São, portanto, elementos indispensáveis para a compreensão do desenvolvimento territorial, e relacionado aos fatores que influenciam na comercialização de produtos agrícolas. Estar na fronteira significa ter a possibilidade de usufruir as possibilidades comerciais dos territórios fronteiriços. Contudo, também implica em competições desiguais na condição de oferta dos produtos.

Por ser uma área de contato, o sentido de fronteira internacional se confunde com o da fronteira agrícola. José de Souza Martins, no livro “Fronteira: degradação do outro nos confins do humano”, retrata à fronteira como espaço do encontro da ordem com a desordem:

É na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formam se desorganizam ou se reproduzem. É lá que melhor se vê quais são as concepções que asseguram esses processos e lhe dão sentido. Na fronteira, o Homem não se encontra – se desencontra. [...] é na fronteira que encontramos o humano no seu limite histórico (MARTINS, 1997, p. 12).

Martins (1997) indica que a fronteira traz muitos significados e pode ser compreendida como lugar sem começo e nem fim, no sentido de viabilizar a existência de quem domina, mas também como lugar de luta de quem resiste à dominação. Castrogiovanni e Gastal (2006), olhando para a fronteira internacional, também percebem as mesmas singularidades, ao ponto de qualificá-la como um terceiro espaço.

Os assentamentos de reforma agrária, da zona de fronteira, tem sua base de reprodução na lógica da agricultura camponesa, como teoriza Alexander Chayanov (1974), Tavares dos Santos (1978) e Teodor Shanin (2005). Mas, também, em consonância com Van der Ploeg (2008), que acrescenta a luta por autonomia e permanência na terra por parte das famílias camponesas. Enfrentam, ainda, os efeitos das territorialidades transfronteiriças e fronteiriças do país vizinho. O sentido da resistência é, por isso, mais agudo.

O camponês é um trabalhador coletivo, cuja força de trabalho reside na família (CHAYANOV, 1974). Nos sítios (unidades de produção) as tarefas são divididas a partir da composição familiar (sexo e idade) e do quantitativo de pessoas. De fato, a atividade que garante a reprodução familiar é mais forte do que o interesse pessoal, ou seja, a decisão do que vai ser feito é definido pela racionalidade da família camponesa, não pelo indivíduo.

Fortemente influenciado pelas teorias de Alexander Chayanov, Tavares dos Santos (1978, p. 34) descreve o trabalho camponês da seguinte forma:

[...] não se realiza a separação do trabalho de cada membro. [...] desse modo, estrutura-se no interior da família uma divisão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada dos vários membros da família. Nesse sentido, a família camponesa transforma-se em um trabalhador coletivo.

Chayanov (1978) aponta que a organização econômica da propriedade camponesa está relacionada a diversos fatores que implicam na busca da satisfação de suas necessidades, quais sejam: a influência do mercado, a extensão territorial que se utiliza para a produção e sua fertilidade natural, a quantidade de mão de obra disponível e as técnicas que serão empregadas no processo produtivo.

Para Chayanov (1978), não há uma diferenciação entre os diversos indivíduos que compõem/desempenham o processo produtivo. Isso é percebido nos assentamentos rurais, quando homens e mulheres (adultos e jovens) desempenham um papel na divisão familiar do trabalho.

Shanin (2005) permite entender que a vida camponesa não é organizada pelas necessidades do mercado, como é na unidade capitalista. O autor explicita que o campesinato é importante não apenas pelas características de resistência, mas pela capacidade de adaptação ao território em que se encontra.

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e ajuda mútua encontrada nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicação de soluções encontradas para ganhar a vida, são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem as crises. E, no centro dessas particularidades, está a natureza da economia camponesa (SHANIN, 2008, p.25).

No entanto, a agricultura camponesa não acontece fora do sistema capitalista, mas no seu interior de maneira particular de resistência, de luta para a permanência na condição de produzir, e mais do que produzir, de viver dignamente junto à família (MARSCHNER, 2009). Trata-se de outra maneira de criar mecanismos para se contrapor, mas, ao mesmo tempo, se manter no sistema capitalista, calcado no modelo da economia familiar com características muito particulares. Nos dizeres de Shanin (2008, p.27):

A economia familiar tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas e seu próprio significado primordial que não desaparece. Por isso, sobre certas condições, a economia camponesa é mais eficiente do que economias não camponesas. Os membros da família e o modelo familiar básico de bem-estar econômico estão envolvidos de forma particular num sistema de uso do trabalho que não é assalariado, mas trabalho familiar. Daí a sua capacidade para resolver problemas que outros tipos de economia não resolveriam de uma maneira tão eficaz e pouco dispendiosa.

Para Van der Ploeg (2008) não existe um único modelo de fazer agricultura. O que existe atualmente é uma mistura de diferentes modos de fazer agricultura. A condição camponesa no mundo atual é assim caracterizada:

(1) Luta pela autonomia que se realiza em (2) um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação. Essa condição tem como objetivo e se concretiza em (3) a criação e desenvolvimento de uma base de recursos auto-controlada e auto-gerenciada, a qual por sua vez permite (4) formas de coprodução entre o homem e a natureza viva que (5) interagem com o mercado (6) permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e (7) se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de co-produção e fomentando a autonomia e, dessa forma, (8) reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos próprios poderão ser (9) fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem (10) padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações (VAN DER PLOEG, 2008, p. 40).

Neste mesmo sentido Sevilla Guzmán e Molina (2005, p. 78) retratam o camponês como sendo um sujeito social:

[...] mais que uma categoria histórica ou sujeito social, uma forma de manejar os recursos naturais vinculados aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo

nível de tecnologia de cada momento histórico e pelo grau de apropriação de tal tecnologia, gerando-se assim distintos graus de “campesinidade”.

O modo camponês de fazer agricultura na contemporaneidade, para Van der Ploeg (2008), está no valor agregado e na sua produção utilizando os recursos de forma racional. Evidentemente que o camponês é um ser cultural, político, social que constrói relações de vizinhança e com a natureza de forma diversa. A produção de alimentos será reflexo deste arranjo entre camponeses e natureza, mas também da concorrência dos produtores e do mercado do país vizinho, pela condição de fronteiro do estudo de caso abordado.

A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NOS SISTEMAS AGROALIMENTARES

O acesso à alimentação saudável e de boa qualidade é cada vez mais difícil, devido ao alto índice de resíduos de agrotóxicos e aditivos sintéticos (vários tipos artificiais de conservantes, espessantes, corantes, flavorizantes, aromatizantes, entre outros) encontrados nos alimentos, especialmente nos industrializados. Em 2010, o Programa de Avaliação de Resíduos de Agrotóxicos (PARA) comprovou que “um terço dos alimentos consumidos cotidianamente pelos brasileiros está contaminado pelos agrotóxicos, segundo análise de amostras coletadas em todas as 26 Unidades Federadas do Brasil” (CARNEIRO, 2015, p. 57). Neste estudo foram analisadas 2488 amostras, sendo que 63% apresentaram contaminação por agrotóxicos, 28% apresentaram ingredientes ativos não permitidos para aquele tipo de cultura (e quando permitido estavam acima do limite aceitável de resíduo) e, 35% apresentaram contaminação por agrotóxicos, dentro dos limites toleráveis.

De acordo com Faria, Fassa e Facchini (2007) entre 1972 e 1998 a quantidade de agrotóxicos consumida no Brasil cresceu 4,3 vezes, passando de 28.043 toneladas para 121.100 toneladas ao ano. Neste intervalo de 26 anos aumentou também o número de pessoas contaminadas pelo uso dos agrotóxicos chegando a 70 mil casos notificados por intoxicações agudas e crônicas que evoluem para óbito (FARIA, FASSA e FACCHINI, 2007). Esse aumento vultoso na quantidade de agrotóxicos utilizada nas lavouras, de uma forma ou de outra, acaba sendo transmitida para os consumidores.

Em 2012, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), entidade que reúne pesquisadores, professores e profissionais da saúde, produziu um dossiê que retrata a “escalada ascendente de uso de agrotóxicos no país e a contaminação do ambiente e das pessoas dela resultante, com severos impactos sobre a saúde pública” (CARNEIRO, 2012 p. 611). O dossiê aponta que em 2008 o Brasil superou os Estados Unidos e passou a ser o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Enquanto que nos últimos dez anos o mercado cresceu mundialmente cerca de 93%, no Brasil ele cresceu 190%. Em 2012 o comércio de agrotóxicos movimentou no Brasil mais de US\$ 8,5 bilhões dólares, sendo que os herbicidas representaram 45%, os fungicidas 14%, os inseticidas 12% e as demais categorias de agrotóxicos 29% (ANVISA; UFPR, 2012 apud CARNEIRO, 2012).

A incorporação dos agrotóxicos na agricultura brasileira está atrelada à Revolução Verde e ao apoio do governo federal e suas políticas de disseminação das práticas e de aquisição desses produtos. A partir dos estudos de Porto e Soares (2012) é possível creditar as razões do crescimento da utilização de agrotóxicos no Brasil, a partir da década de 1990, quando não mais havia crédito estatal, aos seguintes fatores: estabilidade da moeda brasileira em relação ao dólar americano, securitização das dívidas, preços dos produtos, fracasso da safra estadunidense de 1994, marketing e financiamento realizados pelas empresas produtoras de agrotóxicos. Além disso, contribuíram as expansões das monoculturas de soja, cana-de-açúcar, laranja e algodão que são grandes consumidoras desses produtos.

A globalização vem criando, sistematicamente, novos padrões alimentares dominando e impondo padrões de consumo globalizados na sociedade contemporânea. Este modelo

alimentar globalizado é representado pela mão visível que domina uma variedade de mercados que possuem elos entre si, e detém seu monopólio (VAN DER PLOEG, 2009).

A partir do século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, são formados os sistemas agroalimentares, que se internacionalizam, influenciando na produção, na distribuição e no consumo (TRICHES e SCHNEIDER, 2013). Esses sistemas são considerados por Van der Ploeg (2008, p. 112) como impérios alimentares:

O Império é um conjunto de redes mais ou menos interconectadas, cada uma das quais orientada para o planejamento e controle de grandes segmentos da sociedade. Uma das características centrais do Império é que ele estrutura e reestrutura cada vez mais as práticas concretas nestes segmentos. Através do controle sobre os mecanismos de acesso, o Império torna cada vez menos possível reproduzir práticas (e as unidades diretamente envolvidas) que estejam *fora* de sua esfera. Tudo se subjeta a ele – ou seja, a lógica introduzida pelo Império penetra e reina quase por toda a parte.

Os impérios alimentares dominam a produção e encadeiam a subordinação da agricultura à indústria, no sentido de que controla todo o processo, a partir de sua amplitude de massificação. Os impérios alimentares não somente colocam comida na mesa, mas alteram o sistema produtivo, possuindo uma rede sociotécnica que decompõe os hábitos alimentares locais e deliberam quais serão os consumidores para determinados produtos.

A formação dos impérios agroalimentares desvinculou o produto do produtor e o transformou em mercadoria. Desta forma, o alimento passa a ser visto como fato social, pois dependerá do indivíduo possuir recursos para consumi-lo, independente dos recordes na produção e de novas descobertas no campo da tecnologia (TRICHES e SCHNEIDER 2013).

O sistema alimentar tem demonstrado a necessidade da transição do modelo vigente para um novo sistema de produção, de processamento e consumo de alimentos, que se apresentem socialmente justos e ambientalmente sustentáveis. Abramovay (2012) relata que 40% de toda a alimentação produzida nos Estados Unidos da América é perdida e vai parar no lixo não compostado. Nos países em desenvolvimento isso está em torno de 30%, o que deixa evidente a desconexão de produtores e consumidores. Parte do desperdício está associado ao fato de que o “avanço das grandes redes supermercadistas e seu intenso processo de concentração corporativa levam a um equivalente poder de definição dos padrões de produção e consumo [...]” (PEREZ CASSARINO, 2012 p.267).

É urgente apontar uma solução. É preciso evoluir para um sistema que não seja dependente de uma logística que envolva (tantos) longos percursos. Uma das saídas seria um novo arranjo nos sistemas produtivos locais, para que possam aproximar produtores e consumidores. Neste sentido a agricultura camponesa é polivalente na forma de organização socioeconômica no oferecimento de produto sem uso de agrotóxicos e preço justo (PEREZ CASSARINO, 2012). Além disso, é fornecedora de produtos diferenciados, como os produtos típicos e regionais.

Em pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) foi mapeado mais de 140 feiras agroecológicas em todo Brasil, sendo que 22 destas estão nas capitais, e em todas estas feiras há um número expressivo de camponeses comercializando seus produtos (DAROLT et al.2013). No entanto, em 2015 a quantidade de feiras agroecológicas ou orgânicas chegou a 499 (Site IDEC, 2015) No estado de Mato Grosso do Sul funcionam 4 feiras.

Temos que salientar que o número de feiras agroecológicas é relativamente baixo ainda, se considerarmos a existência de 5.570 municípios brasileiros (IBGE, 2015). Mesmo assim, as feiras agroecológicas são consideradas espaços de comercialização de circuito curto, aproximando mais o produtor e o consumidor, e facilitando o oferecimento de produtos frescos, naturais e pouco processados, com preço justo e gerando renda para a comunidade local.

OS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO EM CORUMBÁ E LADÁRIO

Este estudo foi realizado em dois assentamentos rurais da reforma agrária: um em Corumbá (Taquaral) e outro em Ladário (72). O assentamento Taquaral foi criado pelo INCRA em 1991, com 394 sítios (lotes rurais). Parte de sua extensão territorial colide com os limites geográficos do Estado Plurinacional de Bolívia. No assentamento Taquaral foi analisada a Associação dos Apicultores da Agricultura Familiar de Corumbá – AAAFC, que está desenvolvendo a criação de abelhas *Apis mellifera* em sistema coletivo e individual desde 2011. A AAAFC iniciou no ano de 2013 discussões acerca da produção agroecológica com adoção de sistema agroflorestal.

O assentamento 72 foi criado pelo INCRA em 1998 e foram assentadas 88 famílias. As famílias estudadas são produtoras de hortaliças e encontram-se no processo de transição agroecológica. Essa produção de hortaliças em sistema agroecológico foi iniciada em 2011 a partir de um projeto de pesquisa-ação coordenado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em parceria com pesquisadores da Embrapa Pantanal, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ladário, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR-MS) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-MS). Vale lembrar que os assentamentos estudados tem um intervalo de criação de sete anos.

Utilizou-se para a pesquisa um questionário estruturado que foi inquerido a 24 camponeses dos dois assentamentos, sendo 12 questionários para cada grupo de estudo entre setembro e novembro de 2015. O questionário foi composto de perguntas que buscaram identificar a origem dos camponeses, o tamanho de sua propriedade, criação e tratos culturais, os sistemas e as técnicas de cultivo, e os principais canais de comercialização que foram e estão sendo acessados pelos camponeses.

No assentamento Taquaral a média de idade entre os camponeses pesquisados é de 49,58 anos de idade, enquanto no assentamento 72 é de 54,17. Perguntados se sempre moraram na área rural 11 camponeses do assentamento 72 responderam sim, explicando que antes trabalhavam como peões ou capataz. Apenas um informou que morava na cidade antes de ser assentado. No assentamento Taquaral 10 camponeses disseram que sempre residiram na área rural e a maior parte deles trabalhava no sistema meação ou como arrendatário. Os outros dois informaram disseram que antes trabalhavam no comércio da área urbana.

A maioria dos camponeses estudados dos dois assentamentos é originária do próprio estado de Mato Grosso do Sul, dos municípios de Aquidauana, Corumbá, Ladário, Ponta Porã, Eldorado, Dourados e Deodápolis, somando 17 famílias. As demais têm seu estado de origem em São Paulo, com 3 representantes (Nova Castilhos, Barretos e Cruz), no Paraná (Itapejara d'Oeste), Minas Gerais (Campinas Verde) e Ceará (Açores), uma família em cada. No assentamento Taquaral, um dos associados da AAAFC é de origem alemã, da cidade de Schramberg, na região da Floresta Negra e está morando no Brasil há mais de 10 anos.

Grande parte dos camponeses pesquisados vivenciou o processo de luta pela terra passando pelos acampamentos até chegarem à conquista da terra, sendo nove famílias (75%) no assentamento 72 e oito famílias (66,6%) no assentamento Taquaral. Estão residindo, em média, há 21 anos no assentamento Taquaral e 19 anos no assentamento 72. O tamanho médio dos sítios dos pesquisados é 16 hectares no Taquaral, e 17 hectares no 72.

No assentamento Taquaral o número de pessoas que residia nos sítios no momento do sorteio era, em média, de sete pessoas por família e, atualmente, de apenas três pessoas por família. No assentamento 72 quase não houve alteração, passando de cinco para quatro pessoas, em média, por família.

A principal fonte de renda das famílias assentadas no assentamento 72, nos primeiros anos após a fundação, era derivada da produção de leite, queijo, doces, mandioca, milho, abóbora, hortaliças e gado. Atualmente, se sustentam a partir da produção de hortaliças, criação de animais (de grande; médio e pequeno porte), leite e derivados, mandioca, melancia, abóbora, banana, venda de polpa de frutas, vassouras e mel.

No assentamento Taquaral as principais fontes de renda declaradas pelos camponeses logo após a criação do assentamento eram as seguintes atividades: a produção de carvão, leite, farinha, venda de lenha, produção de vassouras artesanais, hortaliças, bovinos, caprinos e

algodão. Atualmente, as famílias sobrevivem da venda do leite e derivados, da mandioca, criação de abelhas, farinha, vassouras artesanais, hortaliças, caprinos e criação de aves, especialmente de galinhas poedeiras.

Foram identificados oito canais de comercialização acessados pelos camponeses: venda de porta em porta, mercados, mercearias e sacolões, feira livre, feira do produtor, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e atravessador.

O principal canal de comercialização do leite é a venda *in natura* de porta em porta e nas feiras livres de Corumbá e Ladário, onde também é vendida a fabricação artesanal de queijos e doces. Alguns camponeses comercializam esses produtos em seu próprio sítio e outros, que possuem pequenas quantidades que inviabilizam os deslocamentos para as cidades, vendem para os que vão às feiras.

A venda do leite de porta em porta, geralmente é realizada pelo esposo ou pelos filhos mais velhos, utilizando baldes de alumínio, saquinhos de plástico de um litro, ou garrafas pet reaproveitadas. Os deslocamentos são realizados de inúmeras formas: ônibus, bicicletas, motos, carroças, automóveis e até mesmo a pé. A venda nas feiras livres, geralmente é realizada pelas esposas (MENEGAT, 2009), que utilizam transporte público que acontece diariamente (três vezes ao dia), carroças ou carros próprios. Os filhos mais jovens ajudam no transporte dos produtos. As mulheres não consideram o trabalho nas feiras desmembrado da unidade produtiva, pois representa a comercialização daquilo que foi produzido na propriedade (MENEGAT, 2009). Cabe destacar que os resultados obtidos pela pesquisadora foram considerados atuais pela pesquisa de campo realizada.

A venda de leite *in natura* sempre ocorreu em Corumbá, mesmo quando estava em operação o único laticínio do município. Construído em 1998, com recursos do PRONAF, tinha capacidade de processar dez mil litros de leite/dia. Essa unidade de beneficiamento de produtos lácteos funcionava como uma cooperativa constituída por camponeses dos assentamentos rurais. A cooperativa coletou e beneficiou leite tipo C por um longo período. Mas, a má administração fez com que a cooperativa contraísse dívidas, levando ao sucateamento dos bens dos cooperados e ao não pagamento dos fornecedores de leite, no caso os próprios camponeses. A prefeitura tentou intervir para contornar a situação, mas não obteve êxito, em parte pelos preços pagos e pela desconfiança dos camponeses. Tomich (2007, p. 96) destacou ainda outros problemas;

O preço baixo do leite pago pela cooperativa; a exigência de manutenção de quantidade mínima de fornecimento de leite ao longo de um ano; as dificuldades de transporte do produto, devido às condições precárias das estradas de acesso às parcelas, sobretudo na época das águas, época essa em que a produção de leite é maior; bem como a necessidade de começar a ordenha muito cedo, uma vez que a grande distância a ser percorrida pelo caminhão de leite obriga a essa prática a fim de cumprir o horário máximo estabelecido para a chegada do leite na usina de beneficiamento.

A falta de agroindústria que pudesse realizar o beneficiamento do leite *in natura* fez com que os camponeses buscassem alternativa para realizar a comercialização da produção. Muitos iniciaram a venda do leite diariamente de porta em porta nos bairros das cidades e aproveitaram também para comercializar outros produtos que eram produzidos nos sítios. Na pesquisa realizada nos dois assentamentos, a venda de porta em porta chegou a comercializar dezenove itens diferentes dos camponeses do Taquaral e nove do assentamento 72, tendo o leite *in natura*, queijo, hortaliças, galinha caipira (carne) e mandioca entre os mais vendidos (Tabela 1).

Tabela 1. Alimentos e outros produtos comercializados pelos camponeses dos assentamentos de porta em porta nas cidades de Corumbá e Ladário.

	Assentamento Taquaral		Assentamento 72	
	Início	Atualmente	Início	Atualmente
Número de Camponeses				
Feijão	1	1	0	1
Mandioca	1	1	1	2
Milho	2	1	0	1
Abóbora	2	1	0	0
Melancia	1	0	0	1
Melão	1	1	0	0
Limão	1	1	0	0
Hortaliças	2	2	0	1
Tomate	1	1	0	0
Leite in natura	5	2	5	2
Queijos	5	2	3	1
Doces	3	1	4	1
Caprinos	1	0	0	0
Ovinos	0	0	1	1
Suínos	2	1	1	2
Galinhas	4	2	2	2
Ovos	4	3	0	0
Mel	3	3	2	1
Carvão vegetal	1	0	0	0
Outros produtos	2	0	2	2

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A venda de produtos oriundos da agricultura camponesa nas redes de supermercados nos municípios de Corumbá e Ladário é quase nula (Tabela 2). A falta de agroindústria de beneficiamento impede/restringe que os camponeses possam ofertar produtos para os supermercados locais, além dos comercializados *in natura* como a mandioca, feijão e as hortaliças. No assentamento 72 apenas um camponês relatou que consegue entregar para o supermercado da cidade de Ladário o queijo produzido em sua propriedade a partir de leite cru, fato que não ocorre nos supermercados de Corumbá. A sazonalidade associada à baixa escala de produção acaba por restringir o acesso e manutenção dos camponeses como fornecedores de produtos para os supermercados.

Tabela 2. Produtos comercializados em mercados nas cidades de Corumbá e Ladário.

	Assentamento Taquaral		Assentamento 72	
	Início	Atualmente	Início	Atualmente
Número de Camponeses				
Feijão	1	0	1	1
Mandioca	1	1	0	0
Milho	1	0	0	0
Abóbora	1	0	0	0
Limão	1	0	0	0

Hortaliças	0	0	1	0
Queijos	0	1	1	1

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Por outro lado, diminuiram pela metade a variedade de alimentos comercializados nas mercearias e sacolões pelos camponeses pesquisados do Taquaral e 72. Eram 13 produtos e, no momento da pesquisa (Set. a Nov. de 2015), apenas 7 (Tabela 3). Pela técnica da observação percebeu-se que, apesar de diminuir a variedade, aumentou a quantidade dos produtos vendidos.

Tabela 3. Produtos comercializados em mercearias e sacolões nas cidades de Corumbá e Ladário.

	Assentamento Taquaral		Assentamento 72	
	Início	Atualmente	Início	Atualmente
Número de Camponeses				
Feijão	1	0	0	0
Arroz	1	0	0	0
Milho	1	1	0	0
Abóbora	1	1	1	1
Melancia	1	1	0	0
Melão	1	1	0	0
Mamona	1	0	0	0
Limão	1	1	1	1
Tomate	1	0	0	0
Galinhas	1	0	0	0
Ovos	1	0	0	0

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

As feiras livres de Corumbá e Ladário são o principal canal de comercialização dos camponeses dos assentamentos rurais, pois proporcionam autonomia seja na oferta de produtos ou na sazonalidade da produção. Vão além da oferta de produtos hortifrutigranjeiros e funcionam como local de sociabilidade entre os frequentadores (CUYATE, 2015). As feiras livres em Corumbá acontecem diariamente de segunda-feira a domingo em pontos diversos dos bairros e do centro da cidade (Quadro 1). Evidentemente, os camponeses participam mais das feiras de maior atração dos consumidores, como as de domingo (centro), quarta (bairro) e sexta-feira (bairro).

Quadro 1. Feiras livres nas cidades de Corumbá e Ladário.

	Dia da semana	Local
	Corumbá	Domingo
Segunda-feira		Bairro Cristo Redentor - Rua Paraná.
Terça-feira		Bairro Popular Nova – José Fragelli.
Quarta-feira		Bairro dom Bosco – Rua Cuiabá.
Quinta-feira		Bairro Universitário – Rua Afonso Pena.

	Sexta-feira	Bairro Aeroporto - Bairro Aeroporto – Avenida Wenceslau de Barros e Rua Quinze de novembro.
	Sábado	Bairro Nova Corumbá – Rua Rio Grande do Norte. Bairro Centro América – Rua Fernando de Barros
Ladário	Quarta-feira	Bairro Centro - Rua Conde de Azambuja, rua Comandante Souza Lobo e do Couto
	Quinta-feira (noturno)	Bairro Cohab - Rua Nicolas Scaff e Rua Corumbá
	Sábado	Bairro Centro - Rua Conde de Azambuja, rua Comandante Souza Lobo e do Couto

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

O número de camponeses que utiliza este canal de comercialização é mais evidente pelos assentados do 72, no momento atual. Alguns camponeses do assentamento 72 que cultivam hortaliças em acordo com os princípios da agroecologia utilizam-se deste espaço para ofertar milho, abóbora, melancia, hortaliças, limão, ovos, mandioca, melão, leite *in natura*, queijos, carne de galinhas, tomate, doces e mel. O diferencial deles está materializado no apoio estampado na faixa que divulgam suas bancas na feira livre de Ladário-MS (Figura 2).

Figura 2. Comercialização de alimentos na feira livre de Ladário – MS.



Fonte: Acervo dos autores, 2015.

Cuyate (2015), em pesquisa nas feiras livres na cidade de Ladário, indagou aos frequentadores e compradores o que eles entendiam por produção agroecológica. A pesquisa revelou que mais da metade dos entrevistados não souberam dizer o que é produção agroecológica, e apenas 42 pessoas das 100 entrevistadas já ouviram falar sobre agroecologia. Essa falta de conhecimento por parte dos consumidores dificulta a valorização do diferencial de produção que a agroecologia apresenta. De acordo com Maluf (2004) parte das famílias escolhem seus produtos que vão para a mesa ainda pelo fator econômico (o preço mais baixo) e não pela qualidade. O mesmo resultado foi encontrado por Cuyate (2015).

A participação dos camponeses do assentamento Taquaral nas feiras livres atualmente é menor que antes (Tabela 4). Esse decréscimo pode estar relacionado ao fato de que a maioria utiliza a venda de porta em porta do leite *in natura* e de outros alimentos produzidos.

Tabela 4. Alimentos comercializados em feiras livres pelos camponeses dos assentamentos Taquaral e 72.

	Assentamento Taquaral		Assentamento 72	
	Início	Atualmente	Início	Atualmente
Número de Camponeses				
Feijão	2	1	0	0
Arroz	1	0	0	0
Mandioca	3	1	2	5
Milho	4	0	5	7
Abóbora	4	1	4	7
Melancia	3	1	5	7
Melão	3	1	4	5
Limão	2	2	3	6
Hortaliças	2	3	4	7
Tomate	0	0	3	3
Leite in natura	2	2	2	4
Queijos	3	3	2	4
Doces	3	4	2	3
Carne de Caprinos	1	1	0	0
Carne de porco	0	0	0	1
Carne de frango	3	3	3	4
Ovos	4	4	2	6
Mel	3	1	1	1

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Apesar da existência diária das feiras, a figura dos atravessadores realizando transações comerciais dentro dos assentamentos rurais ainda se faz presente. No entanto, as transações entre atravessadores e camponeses estão cada vez menos expressivas. O principal comércio é a venda de novilhas e bezerros (Tabela 5). Os demais produtos como mandioca, limão, feijão e doces são comercializados, em muitos casos, para pessoas do próprio assentamento que vão às feiras livres, realizam a venda de porta em porta ou que entregam nas mercearias.

Tabela 5. Produtos comercializados via atravessador a partir dos assentamentos Taquaral e 72.

	Assentamento Taquaral		Assentamento 72	
	Início	Atualmente	Início	Atualmente
Número de Camponeses				
Feijão	1	0	1	1
Arroz	1	0	0	0
Mandioca	2	1	3	2
Milho	1	0	1	0
Abóbora	0	0	2	0
Melancia	0	0	1	0
Melão	0	1	1	0
Mamona	1	1	0	0
Limão	0	0	1	2
Algodão	4	0	1	0
Hortaliças	1	1	0	0

Tomate	0	0	1	0
Novilhas e bezerros	7	5	9	6
Leite in natura	2	0	1	0
Leite (laticínio)	1	0	1	0
Queijos	1	0	1	0
Doces	0	0	2	1
Caprinos	1	2	1	0
Ovinos	0	0	3	1
Suínos	2	1	2	0
Galinhas	2	1	1	0
Ovos	2	1	0	0
Carvão vegetal	3	1	0	0
Lenha	2	0	0	0

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

O PNAE, programa institucional do governo federal que repassa recursos para que os municípios possam adquirir gêneros alimentícios da agricultura familiar destinados à merenda escolar, está em operação nos municípios de Corumbá e Ladário, ainda que apresente restrições de acesso e de produtos para a entrega. Trata-se de um canal de comercialização pouco acessado pelos dois grupos de camponeses pesquisados. Para os camponeses do assentamento Taquaral um dos motivos é a falta de Declaração de Aptidão do Produtor (DAP) que é emitida pela Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), pois sem este documento não se consegue credencial para participar do programa. Por sua vez, a falta desse documento se deve ao fato de estarem com sua documentação irregular no INCRA, já que boa parte deles herdaram os sítios de seus pais. Os demais, que possuem a DAP, relatam que para serem inseridos nas chamadas públicas precisam pagar 5% de tudo que é comercializado para a associação cadastrada na chamada. E não concordam com isso.

Os camponeses do assentamento 72 assinalaram que estão participando do PNAE com entregas de hortaliças, tomate, limão, mandioca e abóbora. O problema apontado é que os alimentos produzidos de forma agroecológica são entregues para a prefeitura sem receber os 30% de bonificação previstas, pois não estão certificados como produtores orgânicos.

O PAA, conhecido pelos camponeses como “Fome Zero”, apresenta restrições em valores a serem comercializados por camponês e também por cota de entrega. Em 2014 foram cadastrados 159 agricultores dos 7 assentamentos de Corumbá (Taquaral, Paiolzinho, Urucum, São Gabriel, Tamarineiro I, Tamarineiro II e Mato Grande) e da colônia do Cedro, mas apenas 86 agricultores entregaram alimentos de abril até novembro (Informação oral – responsável pelo PAA em Corumbá-MS). Os alimentos mais vendidos são: mandioca, milho, limão e hortaliças. Em 2015, num evento promovido pela Secretaria de Produção Rural de Corumbá – SEPROR, os técnicos responsáveis pelo PAA relataram que haviam cadastrado 195 camponeses dos assentamentos e das colônias tradicionais para entrega de produtos. Os alimentos recebidos pelo PAA estavam sendo doados para 45 entidades sem fins lucrativos e 22 escolas da rede municipal. Em 2016 o programa iniciou somente no final do mês de Abril e, de acordo com os camponeses, a execução do programa pela Prefeitura continua a apresentar os mesmos problemas de preço e de quantidade que cada camponês pode entregar.

A Feira do Produtor foi um espaço criado em 2013 pela Prefeitura Municipal de Corumbá, através da Secretaria de Produção Rural, para dar visibilidade aos produtos da agricultura camponesa. A feira acontecia quinzenalmente na Praça da Independência, localizada no centro comercial da cidade, sempre aos sábados pela manhã. Diferentemente das feiras livres (que os feirantes bolivianos são maioria), nela só participam assentados rurais de Corumbá. De acordo com informações da coordenadora da Feira, no começo houve muita procura, precisando-se adotar um sistema de rodízio de participação. A prefeitura disponibilizava 15 barracas na feira,

além de som para anúncio dos produtos. São comercializados: leite, queijo, mel, alface, galinha caipira, doces, pães, compotas, mudas frutíferas, requeijão, mandioca, cenoura, beterraba, farinha de mandioca, coentro, embutidos, dentre outros. Em julho de 2015, a feira do produtor foi transferida da Praça da Independência, que entrou em obras, para outro local, de pouca visibilidade. Assim, as vendas caíram, desestimulando a participação dos camponeses. Fato que levou a prefeitura a repensar um local e a feira não mais ocorreu até maio de 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme demonstrado na pesquisa, os camponeses dos assentamentos rurais de Corumbá e Ladário tem acesso a oito canais de comercialização. Esta diversidade proporciona autonomia de escolher o melhor canal para efetuar as vendas de sua produção. As feiras livres realizadas, tanto em Corumbá quanto em Ladário, são acessadas pelos dois grupos estudados. Os camponeses do assentamento 72 vão mais as feiras livres do que os camponeses do assentamento Taquaral. Entretanto, esses últimos utilizam a venda de porta em porta com mais frequência que os primeiros. A explicação reside no trabalho mais direto de pesquisadores da UFMS e da Embrapa Pantanal e dos consultores do Sebrae/MS que atuam mais de perto junto a esses camponeses. A continuidade e desdobramentos dos projetos de pesquisa no assentamento 72 tem sido determinante para os resultados alcançados por eles.

O principal produto vendido pelos dois grupos estudados é o leite *in natura* e seus derivados (queijos, ricota, requeijão e doces), que apenas não são comercializados nos programas institucionais do governo federal pela falta de pasteurização e liberação pelos organismos de inspeção e vigilância sanitária. As tentativas de apoio da Prefeitura Municipal ao retorno das cooperativas esbarram no problema da gestão, que tem se mostrado um gargalo insuperável. Por outro lado, pesquisadores da UFMS e Embrapa Pantanal insistem na criação de projetos pilotos a partir de grupos menores de famílias camponesas em torno de mini usinas de pasteurização e empacotamento de leite como alternativas para comercialização. Como os animais são rigorosamente vacinados esta pode ser a solução para a venda de leite dos assentados aos consumidores urbanos e aos programas governamentais.

Produtos como abóbora, mandioca, hortaliças, melancia, mamão entre outros são comercializados em todos os canais. Os programas institucionais, como o PAA e PNAE, estão se configurando em um espaço seguro de comercialização para a agricultura camponesa, mesmo com suas limitações e fragilidades no processo de formatação dos editais de compra.

Os feirantes bolivianos de hortaliças acompanham essas mudanças produtivas dos camponeses manifestadas nas feiras, especialmente do assentamento 72, de forma desconfiada. Contudo, frequentemente, compram, destes, hortaliças para revender. A formação de uma consciência de consumo para produtos agroecológicos ainda está na fase embrionária nessas cidades fronteiriças, não representando um risco imediato para eles perderem mercado – o preço ainda é o maior atrativo de compra. Por outro lado, já existem ações para capacitação produtiva dos produtores bolivianos de hortaliças para formas agroecológicas conduzidas pela articulação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Pantanal e da Fronteira.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (CNPq) com a concessão de bolsas no edital MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq Nº 89/2013. Linha B: Apoio à formação e institucionalização de novas incubadoras tecnológicas de economia solidária.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Pobreza de quê? In: _____. **Muito além da Economia Verde**. São Paulo: Abril, 2012. p. 33-76.

- CARNEIRO, F. F. (Org.). Dossiê ABRASCO: **Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro, São Paulo: EPSJV, Expressão Popular, 2015.
- BENEDETTI, A. Lugares de frontera y moviidades comerciales en el sur sudamericano: una aproximación multiescalar. In: COSTA, E.A.; COSTA, G.V.L.; OLIVEIRA, M.M.M. (Org.) **Fronteiras em foco**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2011. p. 33-55.
- CASTROGIOVANNI, A. C.; GASTAL, S. Fronteiras e turismo: tensionando conceitos. In: IV SEMINTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL / III Seminário de Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Turismo. **Anais...** Caxias do Sul, 7 e 8 de julho de 2006, p. 1-15.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- COSTA, E. A. Os bolivianos em Corumbá-MS: construção cultural multitemporal e multidimensional na fronteira. **Cadernos de estudos culturais**, v.4, n.7, p.17-33, 2012.
- COSTA, E. A. Mobilidade e fronteira: as territorialidades dos jovens de Corumbá Brasil. **Revista Transporte y Territorio**. Universidad de Buenos Aires, n. 9, p.72-93, 2013.
- COSTA, E. A. Ordenamento territorial em áreas de fronteira. In: COSTA, E.A.; OLIVEIRA, M.M.M. (Org.). **Seminário de estudos fronteiriços**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009. p. 61-78.
- COSTA, G. V. L. Os Bolivianos em Corumbá-MS: conflitos e relações de poder na fronteira. **Revista MANA**, v. 21(1), p. 35-63, 2015. <https://doi.org/10.1590/0104-93132015v21n1p035>
- CUYATE, R. **Fronteira e territorialidade dos camponeses do assentamento 72, Ladário-MS**. Dissertação (Estudos Fronteiriços). Corumbá: UFMS, 2015.
- DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDEMBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Revista Agriculturas**, v.10, n.2, p. 8-13, 2013.
- DIAS, R. T. R.; COSTA, E. A.; SILVA, A. Desterritorialização e reterritorialização: migração de Bolivianos para Corumbá-MS. In: II Seminário de Estudos Fronteriços. **Anais...** Corumbá, 2010, p. 324-336.
- ESSELIN, P. M.; OLIVEIRA, T. C. M.; OLIVEIRA, M. A. M. **Fronteiras esquecidas: a construção de hegemonias nas fronteiras entre os rios Paraguai e Paraná**. Dourados: Ed. UFGD, 2012.
- FARIA, N. M. X.; FASSA, A. G.; FACCHINI, L. A. Intoxicação por agrotóxicos no Brasil: os sistemas oficiais de informação e desafios para realização de estudos epidemiológicos. **Ciência & Saúde Coletiva**, 12 (1), p.25-38, 2007. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000100008>
- FOUCHER, M. **Obsessão por fronteiras**. Tradução de Cecília Lopes. São Paulo: Radical Livros, 2009.
- GUZMÁN, E. S.; GONZÁLEZ, M. M. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Pecuária Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.
- KUKIEL, E. D. G.; CUYATE, R.; COSTA, E. A. Metodologia Participativa de Desenvolvimento Local: a experiência do assentamento rural 72, Em Ladário, MS. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária / VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária. **Anais...** Belém: Ed. Açai, 2011. v. 1. p. 1-17.

- MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Revista Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004.
- MARSCHNER, W. Muito além do rural: para falar de um espaço complexo. In: MENEGAT, A. S.; TEDESCHI, L. A.; FARIAS, M. F. L. (Org.). **Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009. p.65-89.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo:Hucitec, 1997.
- MENEGAT, A. S. **No coração do Pantanal: assentados na lama e na areia as contradições entre os projetos do estado e dos assentados no Assentamento Taquaral**. Dourados: Ed UEMS/UFGD, 2009.
- PEREZ-CASSARINO, J. **A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecológica de Agroecologia**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Curitiba: UFPR, 2012.
- PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Ranking IDHM Municípios 2010**. In: _____. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro, 2013.
- PORTO, M. F.; SOARES, W. L. Modelo de desenvolvimento, agrotóxicos e saúde: um panorama da realidade agrícola brasileira e propostas para uma agenda de pesquisa inovadora. **Rev. bras. saúde ocup.**, São Paulo, v. 37, n. 125, p. 17-31, Jun. 2012.
- SACK, R. **Human territoriality: Its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Os colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações - o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n 7, p.1-21, jul/dez 2005.
- _____. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e território em disputa**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular; UNESP; Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. p. 23-48.
- TOMICH, R. G. P. **Processo saúde-doença de bovinos em rebanhos de assentamentos rurais do município de Corumbá**, MS. Tese (Doutorado em Microbiologia) - Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural. In: 51º Congresso da SOBER. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. **Anais...** Belém: 2013, p. 21 a 24.
- VAN DER PLOEG, J. D. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre – RS: Editora da UFRGS, 2008.
- _____. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In; PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p 17- 32.
- VENTURA, M. M. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. **Rev SOCERJ**, v 20(5), p.383-386, set/out, 2007.
- ZARATE, S. S.; SANTOS, D. S.; COSTA, E. A. Limites e possibilidades do desenvolvimento rural sustentável no assentamento rural 72, em Ladário-MS. In: XX Encontro Nacional de Geografia Agrária. **Anais...** Francisco Beltrão: Unioeste/Geterr, 2010, p. 1634-1653.